

Sobre o voto de liderança

Luiz Orlando Carneiro *

A Comissão de Modernização da Câmara, ao propor a extinção do voto de liderança e ao criar barreiras à prática do nepotismo, mostrou que está disposta a marcar sua presença neste novo Congresso, atendendo aos clamores de parlamentares preocupados com a valorização de seus trabalhos e com a correção dos conhecidos vícios no exercício da representação popular.



O deputado Álvaro Valle, que fez há alguns anos um estudo sobre o funcionamento dos parlamentos no chamado Primeiro Mundo, apresentou um projeto de reforma do regimento interno da Câmara que não pode ser menosprezado.

São cinco os pontos que sublinham a imagem negativa do Congresso: a constante falta de *quorum*; o voto de liderança; o desconhecimento pelos deputados da matéria em votação; o tumulto e a desordem nos debates; a oratória inconsequente.

Com relação à falta de *quorum*, o deputado do PL sugere a adoção da prática da fixação, pelo colégio dos líderes, de tempos de debate para cada proposição.

“É ilógico”, diz o deputado, “dedicar-se o mesmo tempo ao debate de um projeto que altere o nome de um aeroporto que o previsto para outro promovendo uma reforma fiscal no país. Mas é assim que nos estamos comportando,

com o regimento em vigor. O tempo de discussão de cada proposição torna-se imprevisível e não se consegue calcular o horário de votação.”

O voto de liderança é um assunto a ser debatido com maior profundidade, não se podendo perder de vista a questão da fidelidade partidária.

É óbvio que o voto de liderança, tal como praticado pelo nosso Congresso, é objeto de repulsa geral por parte da opinião pública e de muitos parlamentares. O deputado Álvaro Valle é bem caustico:

“Dentro da realidade brasileira,

É óbvio que o voto de liderança, tal como praticado pelo nosso Congresso, é objeto de repulsa geral por parte da opinião pública

as críticas são justas e poderiam ser ainda mais severas. A opinião pública ficaria chocada se soubesse que nem 10% dos deputados sabem o que está sendo aprovado em muitos dos processos rotineiros e confusos de nossas votações. A frase só parece temerária aos que não acompanham o dia-a-dia de nosso plenário.”

No entanto, com o apoio do líder do PDS, Delfim Neto, o presidente do PL defende a tese de que o voto de liderança é indispensável em qualquer parlamento. A seu ver, o erro está na forma de sua aplicação.

Na França, por exemplo, os líderes não só votam por suas bancadas como, em votações nominais, dispõem das chaves (os nossos códigos) de seus deputados. É uma tradição centenária, que dá ao processo, ainda segundo o deputado Valle, o nome sugestivo de *ballet des clés* (dança das chaves).

A legitimação do voto de liderança é democrática, quando não paire nenhuma dúvida sobre seja ele um reflexo inegável do voto das bancadas. Às bancadas é que cabe exercer, pelo menos semanalmente, aquele tipo de democracia partidária, em que as prioridades são definidas e discutidas, posteriormente, no colégio de líderes.

Finalmente, é preciso acabar com o instituto da emenda de aglutinação ou de fusão, coisa surgida na Assembléia Constituinte. O que ocorreu na Constituinte — e continua a ocorrer — é que os líderes partidários se reúnem, escrevem novos textos, entregam-nos à Mesa sem que os deputados tenham tempo de receber o que votarão a seguir.

O deputado Álvaro Valle, no seu projeto, pretende corrigir tal anomalia, suprimindo artificios, como os “destaques”, que nada mais são do que emendas como outro tipo de tramitação.

“Pelo processo sugerido”, diz ele, “projetos e emendas terão sido amplamente discutidos nas bancadas, os tempos de discussão e a hora de votação estarão previstos, e todo o material necessário estará impresso para os que quiserem acompanhá-lo”.